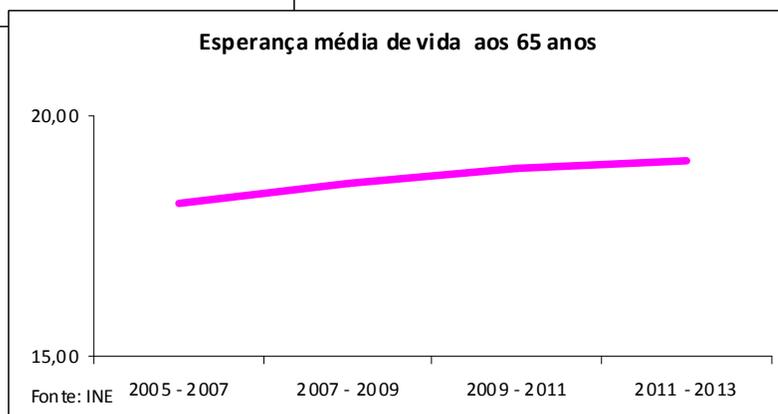
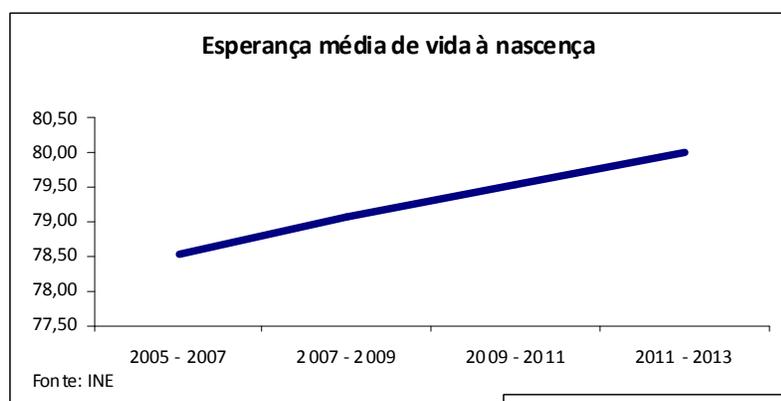


O AUMENTO DA ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA UMA IMPORTANTE CONQUISTA

O aumento da Esperança média de vida e da Longevidade

O aumento da esperança média de vida e da longevidade constituem uma enorme conquista civilizacional.

No nosso distrito (em sintonia com o conjunto do país) as pessoas têm uma esperança média de vida à nascença de 80 anos e aos 65 anos, têm como perspectiva viver, em média, mais 19 anos, valores que, todos os anos, aumentam de modo constante e sustentado.¹



O envelhecimento da população

A conquista de uma maior esperança de vida à nascença tem sido acompanhada por uma outra importante tendência que se prende com a diminuição da fertilidade ou nascimentos.

A combinação destas duas tendências resulta numa proporção cada vez maior de pessoas com mais de 65 anos e no denominado envelhecimento populacional.

¹ Pordata, 2014

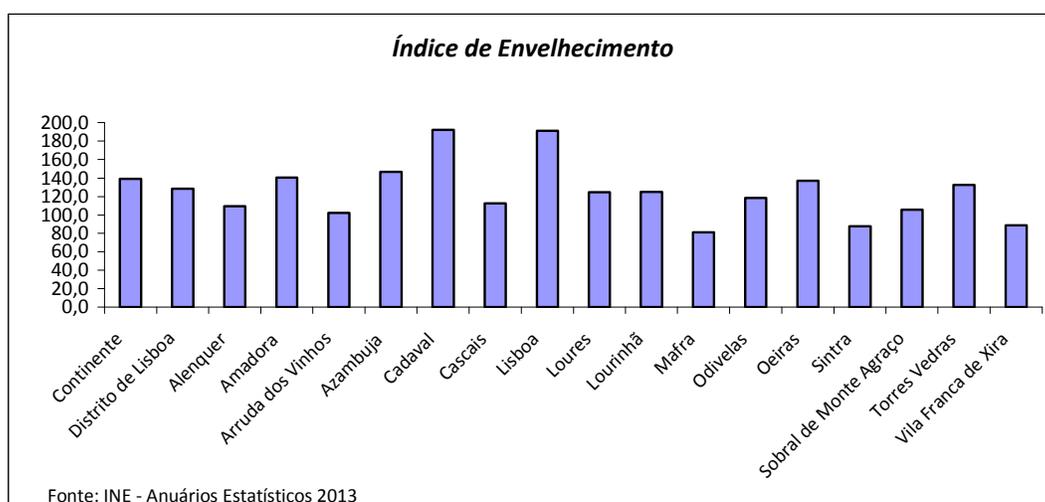
Em Portugal, desde 1999 que o número de pessoas com 65 e mais anos é mais elevado que o número de pessoas com menos de 15 anos. Desde aí esta tendência, reflectida no índice de envelhecimento, não parou de se acentuar.

Índice de Envelhecimento

No país, por cada 100 jovens há 139 pessoas com mais de 65 anos.²

No distrito de Lisboa, apesar duma tendência acentuada para o envelhecimento, esta não é tão acentuada como no conjunto do país: por cada 100 pessoas com menos de 15 anos há 128 com 65 e mais anos.

Os concelhos mais envelhecidos do distrito são os de Lisboa e o Cadaval, onde o número de idosos é quase o dobro do número dos mais novos. Os concelhos menos envelhecidos são os de Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira, onde o número dos que têm mais de 65 anos é inferior ao número de crianças e jovens com menos de 15 anos.



Aumento do Índice de Dependência de idosos

Uma das consequências do envelhecimento populacional prende-se com o aumento do índice de dependência de idosos (número de pessoas com 65 anos ou mais anos em relação ao número de pessoas em idade economicamente activa).

Actualmente, no nosso distrito, por cada 100 activos há cerca de 32 (31,7) pessoas com 65 e mais anos.³

Os concelhos do distrito com maiores índices de dependência são os de Lisboa (47,1%) e Cadaval (44%).

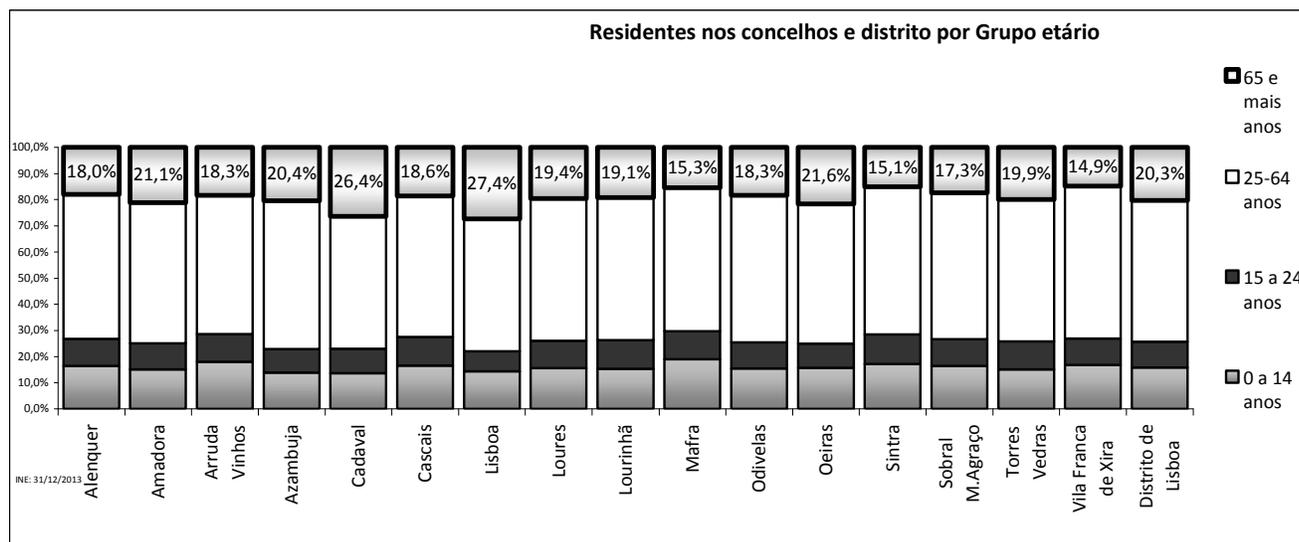
² Fonte: INE, Anuários Estatísticos 2013

³ Fonte: INE, Anuários Estatísticos 2013

UM QUINTO DOS RESIDENTES DO DISTRITO TEM MAIS DE 65 ANOS

Vivem no distrito de Lisboa perto de meio milhão (453.444) de mulheres e homens com 65 ou mais anos, de acordo com as estimativas da população residente.⁴

Constituem uma fatia de 20,3% da população do distrito de Lisboa.



As mulheres constituem 60% da população mais idosa

Em média, as mulheres vivem mais anos do que os homens e o seu peso relativo aumenta à medida que as idades vão avançando. Deste modo, constituem 59,1% da população com mais de 65 anos no distrito de Lisboa.

No grupo etário mais avançado (75 e mais anos) as mulheres constituem 63,3% da população.

A população mais idosa está a envelhecer

A maior percentagem de “idosos” tem entre os 65 e 75 anos (correspondendo a uma fatia de 53,1% da população com mais de 65 anos). No entanto, a fatia dos que têm 75 e mais anos está a aumentar, de modo que 46,9% dos idosos no distrito estão neste grupo etário.

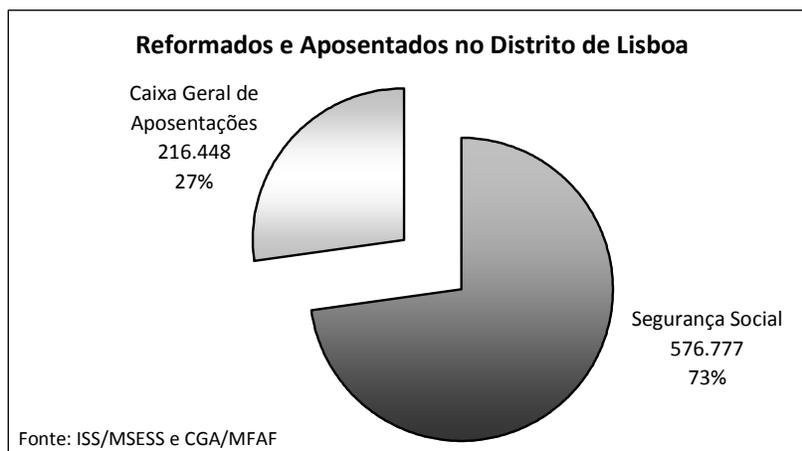
É na cidade de Lisboa que vive o maior número de idosos do distrito

O concelho de Lisboa é aquele onde vive a maior percentagem de pessoas com mais de 65 anos: aqui residem 31% dos residentes com mais de 65 anos do distrito e 27,4% da sua população é constituída por pessoas com 65 e mais anos.

⁴ Fonte do capítulo: INE, Anuários Estatísticos 2013

OS REFORMADOS E PENSIONISTAS NO DISTRITO DE LISBOA

No distrito de Lisboa vivem perto de 800.000 reformados e pensionistas (793.225) dos quais 72,7% pertencem à segurança social e 27,3% à Caixa Geral de Aposentações.

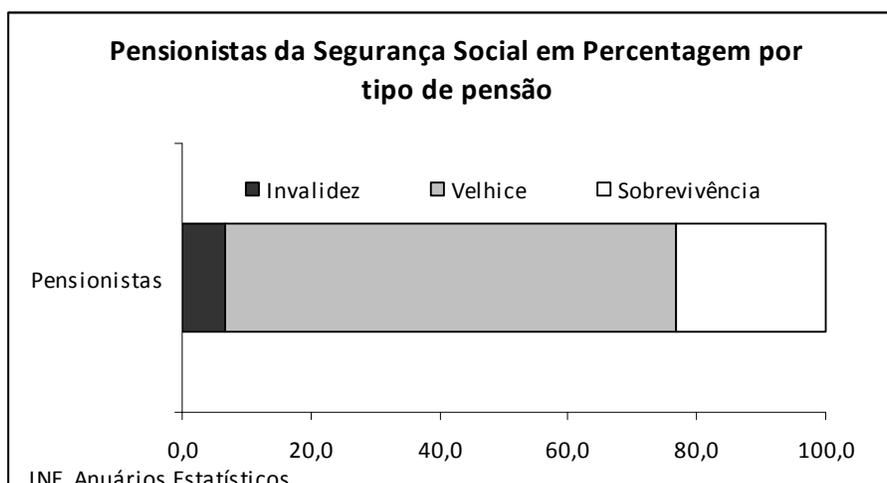


REFORMADOS DA SEGURANÇA SOCIAL

No distrito de Lisboa, perto de 70% dos Pensionistas da segurança social (correspondendo a 404.087) auferem pensões de velhice (são reformados), seguido dos pensionistas por sobrevivência e por último de invalidez, como ilustra o gráfico abaixo.⁵

O concelho onde reside o maior número de reformados da segurança social é o de Lisboa. Aqui residem 32% dos reformados da segurança social do distrito.

Há mais mulheres reformadas do que homens: 54% dos reformados do distrito são mulheres e 46% são homens.

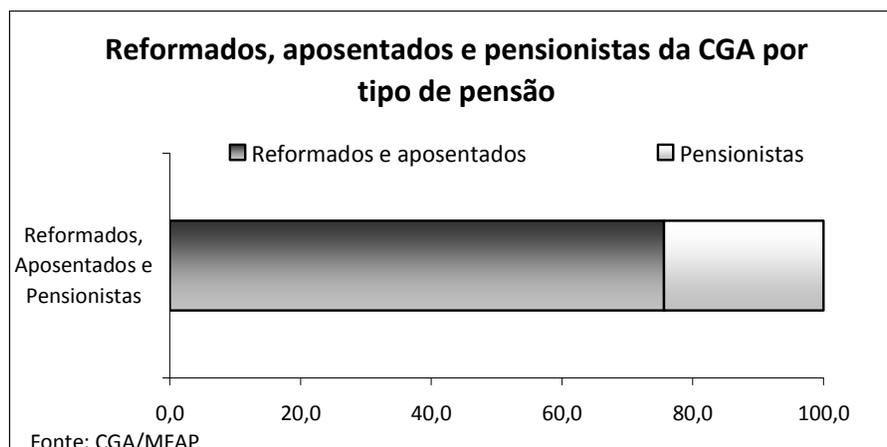


⁵ Fonte: INE, Anuários Estatísticos

APOSENTADOS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

Pertencem à Caixa Geral de Aposentações (CGA) os reformados/aposentados que foram funcionários públicos. Ao todo, no distrito de Lisboa são 163.628 e correspondem a 75,6% do total de aposentados e pensionistas da CGA.⁶

O concelho de Lisboa é aquele onde reside o maior número de aposentados da Caixa Geral de Aposentações: 45,6% dos aposentados da CGA.



OS BAIXOS VALORES DAS PENSÕES

As pensões de reforma são o principal meio de vida da população com 65 e mais anos, no entanto, o seu valor continua a ser extremamente baixo e é, em muitos casos, incompatível com a promoção da qualidade de vida dos mais velhos.

Como veremos, as pensões e outras prestações da protecção social constituem um elemento essencial na redução do risco de pobreza entre os mais velhos, no entanto o seu baixo valor é responsável por situações graves e ainda muito generalizadas de pobreza e exclusão social entre os mais idosos.

Valor médio das pensões

Ao nível nacional, o valor médio das pensões da segurança social situa-se nos 354€ mensais e o de velhice nos 409€ mensais (continente).⁷

No distrito de Lisboa, há concelhos (na sua maioria da zona Oeste) cujo valor da pensão média está abaixo do país, a saber:

	Euros
Cadaval	348
Lourinhã	362
Sobral de Monte Agraço	389
Torres Vedras	394
Alenquer	401
Azambuja	403

⁶ Fonte: Caixa Geral de Aposentações/MFAP

⁷ Fonte: IGFSS/MSSS

Os concelhos pertencentes à grande Lisboa são aqueles em que o valor das pensões é mais elevado, mesmo assim os valores médios de pensões são extremamente baixos:

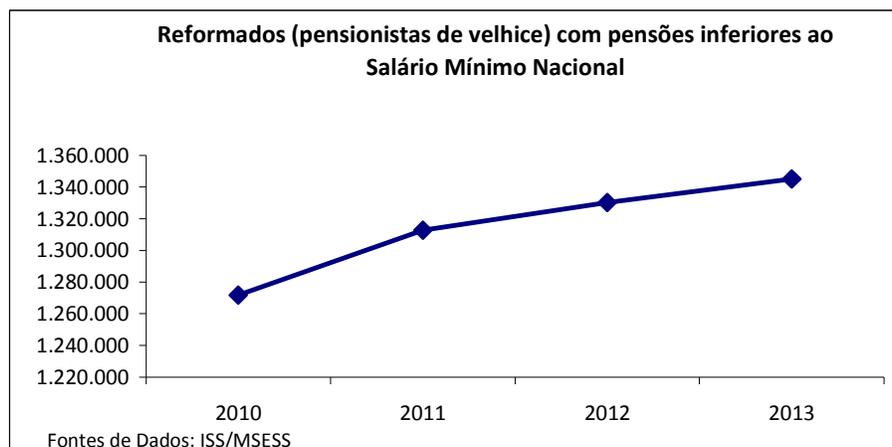
	Euros
Mafra	447
Amadora	498
Sintra	511
Odivelas	512
Vila Franca de Xira	520
Loures	520
Lisboa	544
Cascais	593
Oeiras	646

Pensões abaixo do salário mínimo nacional

Voltando aos valores nacionais, mais de 1 milhão e meio de pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da segurança social vive com pensões inferiores (e leia-se muito inferiores) ao Salário Mínimo Nacional.

Se atentarmos aos valores das pensões de velhice, 77,8% destas são inferiores ao Salário Mínimo Nacional.⁸

Mais ainda, entre 2010 e 2013 o número de pensionistas com pensões inferiores ao Salário Mínimo Nacional aumentou 5,8%.



O FORTE ATAQUE ÀS PENSÕES

Os reformados e pensionistas estiveram face a enormes ataques durante os últimos anos. Apesar dos valores muito baixos das pensões de reforma, a verdade é que, desde 2010, apenas os escalões mais baixos das pensões foram (irrisoriamente) aumentados, correspondendo a 13,2% dos reformados da segurança social e 11% dos aposentados da CGA⁹. Assim, a esmagadora maioria dos reformados não tem qualquer aumento desde 2010, sendo que a estes não aumentos se juntaram cortes brutais.

⁸ ISS/MESS - 2013

⁹ Eugénio Rosa

Em conjunto, aposentados da CGA e reformados da Segurança Social perderam mais de 1.900 milhões de Euros por ano¹⁰

Sem contar com os efeitos dos aumentos de preços em rendimentos que não sofreram qualquer aumento, juntaram-se nestes anos os seguintes cortes que agravaram a perda do poder de compra das pensões, decorrentes de:

- O aumento da retenção de IRS
- A sobretaxa extraordinária de IRS
- A CES (Contribuição Extraordinária de Solidariedade)
- O aumento do desconto para a ADSE (esta última apenas para os aposentados da CGA)

Os quadros seguintes quantificam o efeito conjugado dos cortes nas pensões de reforma da Segurança Social e da CGA.

A redução anual dos rendimentos dos reformados da Segurança social já atingem 774 milhões € em 2014 e a redução do poder de compra das suas pensões chega a atingir 30,4%

Pensão Mensal Iliquida 2014	*Agravamento Fiscal 2010/2014			corte CES	Efeito aumento preços entre 2010/2014	Total do agravamento causado pelas medidas do governo e o aumento dos preços	Retenção Irs 2014	Pensão Liquida após as medidas do governo e o efeito do aumento de preços
	Aumento da retenção do Irs	Sobretaxa Irs	Total					
euros								
106					8	8		98
181					13	13		168
338					25	25		313
524		2	2		38	40		484
1.571	86	27	113	55	90	258	275	1.124
4.055	243	64	307	406	165	878	1.358	2.062
5.600	280	84	364	560	208	1.132	2.156	2.592

*Retenção irs (casado 2 titulares)

Cálculos: Eugénio Rosa

Nº pensionistas	Pensão Mensal Iliquida	Agravamento Fiscal	corte Ces	Total Mensal	Cortes No Total dos Pensionistas
euros					
Nº					
38.000	106			0	0
215.000	181			0	0
1.176.000	338			0	0
215.000	524	2		2	430.000
264.000	1.571	113	55	168	44.352.000
14.000	4.055	307	406	713	9.982.000
600	5.600	364	560	924	554.400
1.922.600					55.318.400
Anual					774.457.600

Cálculos: Eugénio Rosa

¹⁰ Eugénio Rosa

Redução Anual dos rendimentos dos aposentados da CGA já atingem 1.160 milhões € em 2014 e a redução do poder de compra das suas pensões chega a atingir 33,2%.

Pensão Mensal Iliquida 2014	*Agravamento Fiscal 2010/2014			Agravamento ADSE 2010/2014	corte CES	Efeito aumento preços entre 2010/2014	Total do agravamento causado pelas medidas do governo e o aumento dos preços	ADSE 2014	Retenção Irs 2014	Pensão Líquida após as medidas do governo e o efeito do aumento de preços
	Aumento da retenção do Irs	Sobretaxa Irs	Total							
euros										
240						18	18			222
250						19	19			231
500						37	37			463
690	24	6	30	14		46	90	24	31	583
875	39	10	49	18		57	124	31	74	703
1.250	68	18	86	25	44	72	227	44	181	891
1.750	96	29	125	35	61	95	316	61	324	1.180
2.250	146	36	182	45	135	109	471	79	540	1.351
2.750	179	42	221	55	215	121	612	96	770	1.506
3.500	245	50	295	70	335	137	837	123	1.138	1.717
5.000	250	69	319	100	500	176	1.095	175	1.875	2.205

*Retenção Irs (casado 2 titulares)

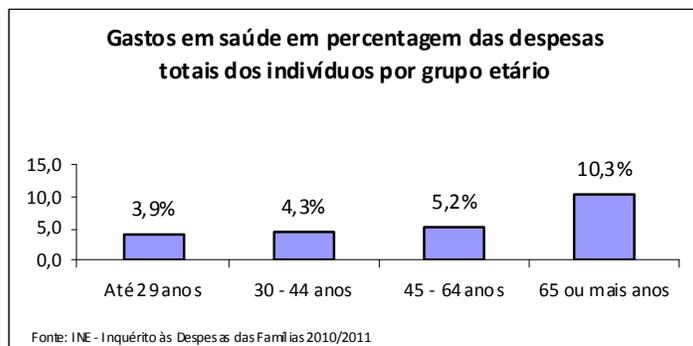
Cálculos: Eugénio Rosa

Nº aposentados	Pensão Mensal Iliquida 2014	Agravamento Fiscal 2010/2014	Agravamento ADSE 2010/2014	corte Ces	Total Mensal	Cortes No Total dos Aposentados
euros						
Nº						
28.446	240					
23.425	250					
45.824	500					
71.304	690	30	14		44	3.137.376
62.168	875	49	18		67	4.165.256
81.338	1.250	86	25	44	155	12.607.390
48.479	1.750	125	35	61	221	10.713.859
55.312	2.250	182	45	135	362	20.022.944
38202	2.750	221	55	215	491	18.757.182
10.857	3.500	295	70	335	700	7.599.900
6.424	5.000	319	100	500	919	5.903.656
471.779						82.907.563
Anual						1.160.705.882

Cálculos: Eugénio Rosa

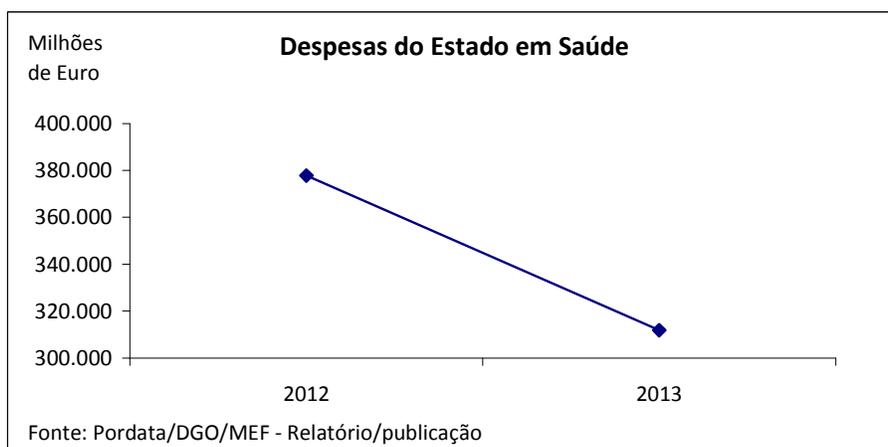
A SAÚDE E OS ORÇAMENTOS DOS REFORMADOS

À medida que a idade aumenta, aumentam as necessidades de saúde e também os gastos com esta. A título de exemplo, a saúde constitui a terceira maior despesa nos orçamentos da população com mais de 65 anos. Constituindo 10,4% da despesa média dos orçamentos familiares nas idades mais avançadas, o seu peso ultrapassa o dobro do peso que esta rubrica tem nos orçamentos da população adulta com menos de 65 anos.



Os cortes sucessivos na saúde e o ataque ao Serviço Nacional de Saúde têm por isso um impacto particularmente grave junto das populações reformadas e mais idosas, destacando-se as consequências do desinvestimento público que anda de par com o florescimento e fortalecimento do sector privado no sector da saúde e seus impactos na crescente desigualdade de acesso àquele que é um direito universal.

Em apenas um ano (entre 2012 e 2013) a despesa do Estado com Saúde desceu 17,4%¹¹.



Os dados disponibilizados pelo INE, relativos aos últimos 10 anos, são bem ilustrativos da degradação do Serviço Público de Saúde:

- **Diminuição do número de hospitais públicos e aumento do número de hospitais privados.**

¹¹ Fontes de Dados: PORDATA - DGO/MEF - Relatório/publicação "Conta Geral do Estado"

Na área metropolitana de Lisboa a maioria dos hospitais são privados (52,5%)

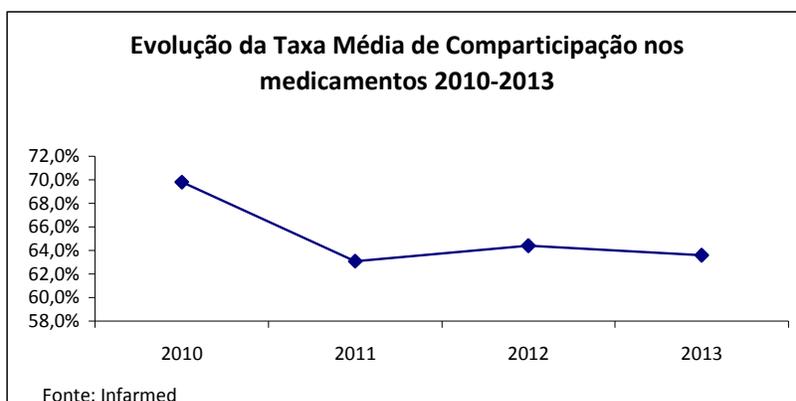
Os denominados Hospitais Oficiais constituem 47,5% dos hospitais de AML e destes, 12% são também privados.

- Uma forte diminuição dos Centros de Saúde com serviço de urgência básica (SUB) ou Serviço de Atendimento Permanente:

Na área Metropolitana de Lisboa apenas 15% dos Centros de Saúde tem estas valências.

Os preços dos medicamentos

Nos últimos anos, a taxa média de participação do Estado nos medicamentos desceu, com consequências evidentes para a população mais idosa: em 2010 a participação era de 69,8%, tendo, em três anos, descido para 63,6% (uma descida de mais de 6 pontos percentuais na participação média).¹²



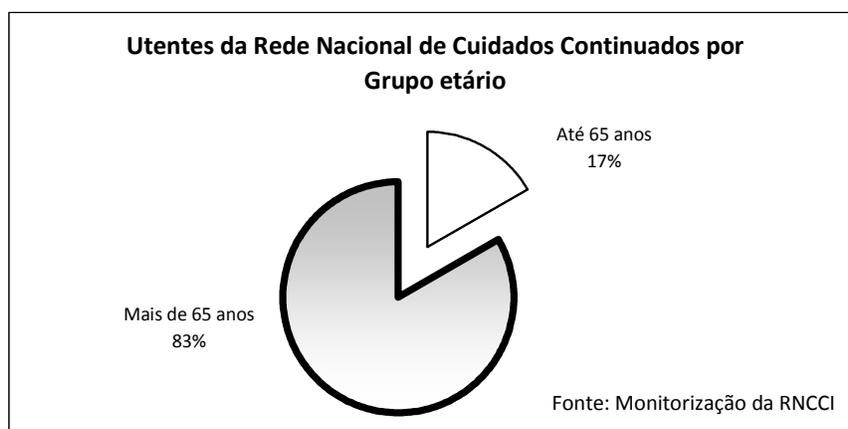
Uma rede de Cuidados Continuados insuficiente

A necessidade de cuidados continuados integrados a pessoas que se encontrem em situação de dependência, sendo independente da idade, a verdade é que tem uma incidência acentuada junto da população idosa.

Deste modo, 83,4% da população da rede de cuidados continuados tem idade igual ou superior a 65 anos, de acordo com o Relatório de Monitorização da RNCCI¹³.

¹² Fonte: Infarmed

¹³ Relatório de Monitorização da RNCCI - 2014



A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados é insuficiente e está longe de responder às necessidades da população mais envelhecida. Esta incapacidade é particularmente sentida na Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo a região do país com menor cobertura populacional em termos de número de camas e a segunda com menor cobertura em termos de lugares disponíveis, como o ilustra o quadro em baixo.

Nº de Camas, Equipas e Lugares da Rede de Cuidados Continuados por 100.000 habitantes com 65 e mais anos

Região	Nº de camas por 100.000 habitantes com 65 e +	Equipas de Cuidados Continuados (ECCI) por 100.000 habitantes com 65 e +	Nº de Lugares por 100.000 habitantes com 65 e +
Norte	349	268	616
Centro	518	280	798
Lisboa e Vale do Tejo	239	298	536
Alentejo	594	427	1022
Algarve	566	1538	2104
Total Continente	369	349	719

Fonte: Relatório de Monitorização da RNCCI - 2014

AUSÊNCIA DE UMA REDE PÚBLICA DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À TERCEIRA IDADE

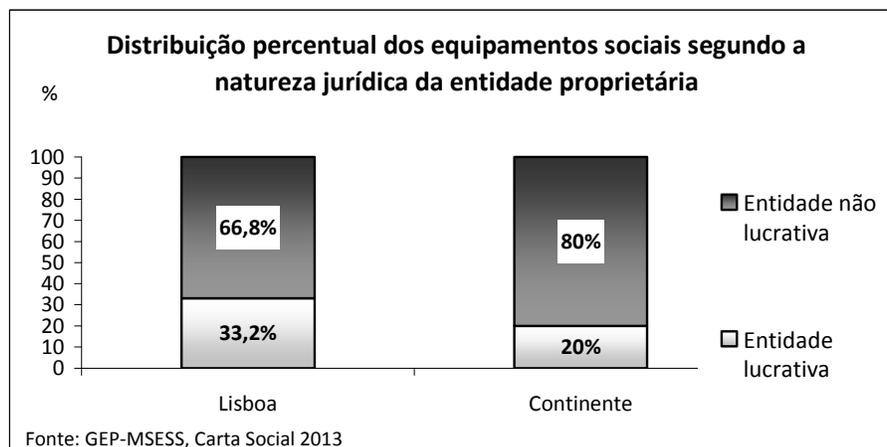
O acentuado envelhecimento da população continua a não encontrar as respostas adequadas em termos de apoio e equipamentos sociais específicos para esta cada vez maior camada da população.

A Constituição da República Portuguesa consagra como incumbência do Estado a obrigação de “promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos, bem como uma política da 3ª idade”.

No entanto, o que se assiste é a ausência de uma rede pública de equipamentos de apoio à terceira idade e uma transferência das responsabilidades do Estado para a esfera das instituições particulares (sejam estas de carácter lucrativo ou não lucrativo).

No distrito de Lisboa o peso do sector lucrativo nas respostas sociais à terceira Idade é particularmente grande.

Lisboa (a par de Setúbal e Leiria) faz parte do grupo de distritos onde o peso das entidades lucrativas nos equipamentos sociais existentes é maior (em 10 equipamentos sociais existentes no distrito, 3 pertencem a entidades lucrativas).



Analisando a Carta Social da Rede de Serviços e Equipamentos e se atentarmos em duas importantes respostas à terceira idade (Serviço de Apoio Domiciliário – SAD e Estruturas Residenciais para pessoas Idosas – ERSI) conclui-se que, no distrito de Lisboa:

- Mais de 20% das respostas de apoio domiciliário são dadas por entidades lucrativas.¹⁴
- Mais de 50% das respostas de Estruturas residenciais para idosos são dadas por entidades lucrativas.¹⁵

IDOSOS QUE VIVEM SÓS

O número de idosos que vivem sós ou em companhia exclusiva de pessoas também idosas tem aumentado.

Viver só não tem que ser sinónimo de viver isolado e sem apoios, mas isso implica uma resposta do Estado em termos de equipamentos e estruturas de apoio, bem como de mobilidade e transporte que está longe de estar assumida e conseguida.

De acordo como os números dos últimos censos 2011, ao todo, são mais de 1 milhão e duzentos mil os que vivem nesta situação, constituindo 60% dos residentes no país com mais de 65 anos.

Lisboa é uma das regiões onde é maior a percentagem de idosos a viver sós (22,3%), aos quais se juntam 40,1% a viverem com outros indivíduos com 65 ou mais anos.

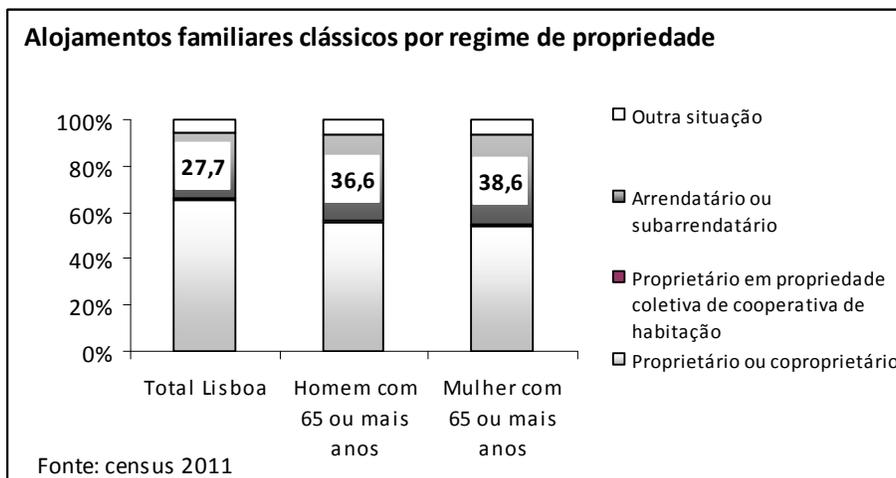
¹⁴ Carta Social - Relatório 2013

¹⁵ Carta Social - Relatório 2013

OS IMPACTOS DA NOVA LEI DE ARRENDAMENTOS

No distrito de Lisboa, cerca de 30% das casas arrendadas são habitadas por pessoas com mais de 65 anos.

Mais ainda, perto de 40% dos residentes com mais de 65 anos vivem em casa arrendadas. O regime de arrendamento tem assim um peso bastante superior nos mais velhos que na restante população (27,7%).



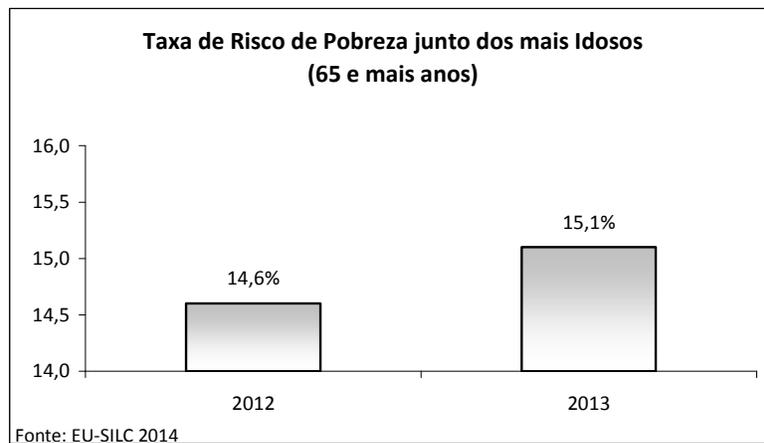
Não estando ainda quantificadas, a verdade é que o peso que o regime de arrendamento tem junto dos mais idosos, o impacto deste sobre as rendas mais antigas e as parcas reforma auferidas, são realidades que contribuem para as consequências graves e dramáticas do Novo Regime de Arrendamento Urbano, conhecido como “Lei dos Despejos”, aprovados em 2012 junto dos reformados e mais idosos.

POBREZA E EXCLUSÃO ENTRE OS REFORMADOS, PENSIONISTAS E OS MAIS IDOSOS

A análise da taxa de risco de pobreza após transferências sociais segundo o grupo etário revela-nos que 15,1% das pessoas com 65 e mais anos vivem em risco de pobreza, uma realidade que afecta mais as mulheres (16,9%) do que os homens (12,6%).¹⁶

Comparando 2012 com 2013, conclui-se que, depois de uma tendência para descer, a taxa de risco de pobreza entre as pessoas com 65 e mais anos voltou a subir (de 14,6% para 15,1%).

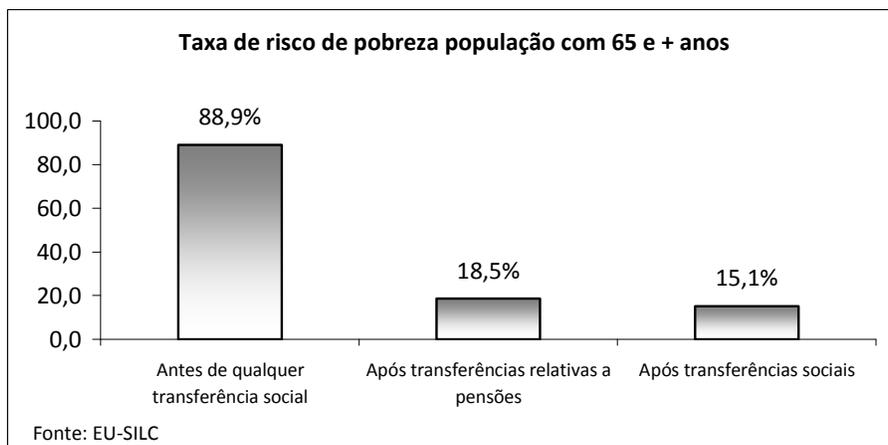
¹⁶ Fonte do capítulo - EU-SILC 2014



Um quinto dos idosos vive em risco de pobreza ou exclusão social

A taxa de risco de pobreza é um indicador que tem apenas em conta o valor do rendimento, se considerarmos um outro indicador que combina os rendimentos com a privação material, conclui-se que um quinto das pessoas com 65 e mais anos (20,3%) vive em risco de pobreza ou exclusão social.¹⁷

A pobreza na população mais velha não pode ser desligada das fracas pensões de reforma existentes. A análise e conhecimento sindicais alertam para **que** a resolução deste grave problema social passa necessariamente pela melhoria dos sistemas de pensão como o instrumento essencial para lutar contra a pobreza e a vulnerabilidade económica.



BENEFICIÁRIOS DO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

A análise da taxa de risco de pobreza demonstra a importância do sistema de segurança social e das suas prestações para a redução do risco de pobreza junto dos mais idosos.

Assim, se não houvesse qualquer transferência social, o risco de pobreza entre os que têm mais de 65 anos subia para 88,9%.¹⁸

¹⁷ EU-SILC 2013

¹⁸ EU-SILC 2014

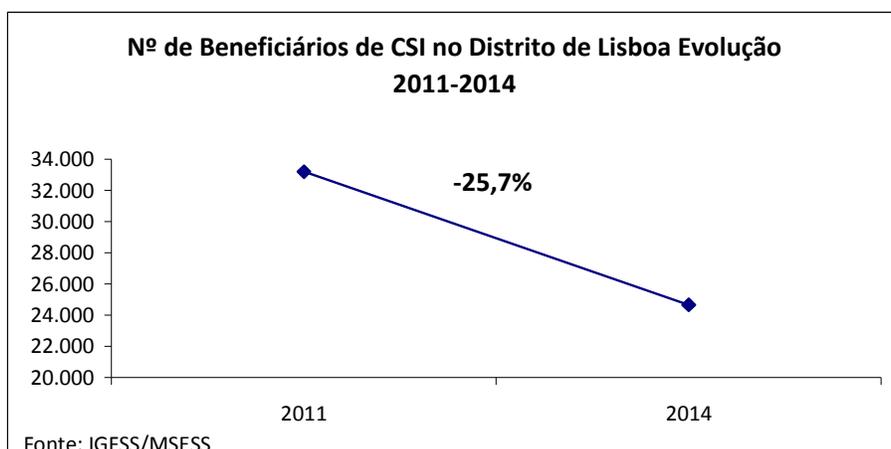
Após o pagamento das pensões o risco de pobreza entre os que têm 65 e mais anos desce para 18,5%, o que implica que, para além das pensões, há outras importantes prestações sociais importantes que reduzem o risco de pobreza em mais 3,4 pontos percentuais até aos 15,1%.¹⁹

O complemento solidário é uma prestação complementar à pensão que consiste num apoio em dinheiro pago mensalmente pela segurança social aos idosos de menores rendimentos. Esta é uma prestação que está longe de resolver o problema essencial e fundamental que é o dos baixos valores das pensões de reforma e que tem várias limitações ao seu acesso, limitando francamente o número de reformados que a esta podem ter acesso. No entanto, no contexto de grandes dificuldades em que vivem os reformados e aposentados, constitui um complemento importante para alguns reformados e pensionistas.

No distrito de Lisboa, 24.651 pessoas auferem o CSI e constituem 6,8% da população que no distrito tem mais de 65 anos.

São maioritariamente mulheres que auferem esta prestação (71,2% dos beneficiários de CSI).

Demonstrando uma enorme insensibilidade social, o Governo alterou as regras de acesso a este complemento, de tal forma que, num contexto de agravamento da pobreza e vulnerabilidade social dos mais idosos, o número de idosos a receber esta prestação em vez de aumentar diminuiu.



¹⁹ EU-SILC 2014